

RESENHA

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

Anyelle Gomes da Silva

Rubens Valente é repórter desde 1989, iniciou sua carreira na Agência Folha, e a partir de então, passou a dar visibilidade a luta pelos direitos dos povos indígenas, principalmente a partir dos anos 90. Desde 2010 é repórter do jornal na sucursal de Brasília, como também colunista do site UOL, já recebeu 17 prêmios nacionais e internacionais e é autor de dois livros: "Operação Banqueiro" e "Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura".

O livro em questão, faz parte da coleção Arquivos da Repressão no Brasil e dedica-se a desvelar o genocídio que acometeu os povos indígenas durante a ditadura militar, mostrando como foram alcançados pela barbárie da expropriação de suas terras e reservas por empresários e latifundiários, sendo dizimados pelas epidemias, doenças e massacres. Além disso, apresenta como as lideranças indígenas passaram a se articular e reivindicar seus direitos, como resposta às pressões ditatoriais. Dividida em 27 capítulos a obra é, portanto, uma investigação jornalística ancorada em depoimentos de indígenas, servidores da Funai, missionários, militares e uma vasta documentação, que até pouco tempo era mantida sob sigilo pelos órgãos do poder público. Sendo assim, o autor reconstrói fatos e acontecimentos patrocinados pelo estado nos anos de chumbo, que atingiu de maneira violenta, covarde e cruel diversas etnias indígenas.

Seguindo uma ordem cronológica dos fatos, Rubens Valente inicia os primeiros capítulos delineando o contexto em que se deu o golpe de Estado e a vertiginosa atuação do governo militar em reformular e ampliar as políticas indigenistas, favorecendo o plano de militarização impostos pela Ditadura, pautado em promover a expansão político-econômica para o interior do País, sobretudo para a região amazônica. Interessados no desenvolvimento econômico acelerado, o governo passou a nomear inúmeros coronéis e tenentes a fim de comandar as expedições de contato e pacificação patrocinadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Segundo o autor, em 1964 o empossado para financiar as primeiras expedições do governo militar foi o

então tenente-coronel Jarbas Passarinho, que não possuía nenhuma experiência com povos indígenas, tampouco conhecimento sobre etnias, culturas, tradições e costumes. Em entrevista para o livro resenhado, Afonsinho, sertanista responsável por várias frentes de atração, confirma que “... a ditadura incentivava expedições sem remédios, alimentos, médicos e profissionais capacitados” (p. 16). Por consequência dessa arbitrariedade, Afonsinho relata que as tragédias sanitárias dizimaram, entre 1964 e 1966, as etnias Kayapó, Xikrin, Pacaá-novo (Wari) e Xavante. Indignado com tamanho descaso, o autor questiona a Afonsinho a falta de registros sobre esses massacres, que responde enfatizando que “morria e o pessoal não dava atenção. Não existe documento sobre isso” (p. 22).

Baseado no depoimento de Afonsinho, o jornalista destaca que o método utilizado para “amansar” os índios era o mesmo desde os tempos do marechal Cândido Rondon (1865-1958):

Criava-se uma frente de atração, que funcionava assim: os sertanistas distribuía presentes aos índios; esperava-se que estes passassem a retribuir os presentes, na fase chamada de namoro; na terceira fase, os índios convidavam os sertanistas para conhecer suas malocas; a quarta fase, de consolidação da “pacificação”, constituía-se no estabelecimento de um acordo pelo qual, em resumo, “civilizados” e índios concordavam em não matar mais uns aos outros, [...] por último, os índios “pacificados” eram então agregados e entregues aos cuidados de funcionários de um posto, que se encarregava de dar a eles atendimento de saúde e alimentação e ensinar-lhes métodos de agricultura dos “civilizados”. Assim, os índios deixariam de atacar e matar vizinhos ou trabalhadores que passavam pela região. Estava criado um novo posto indígena para índios aldeados (p. 14-15).

A primeira expedição de contato comandada pelos militares foi realizada pelo SPI e ocorreu em 1965, liderada pelo sertanista Osmundo Antônio dos Anjos a missão foi dramática. Considerados perigosos, os Kararaô, subgrupo da etnia kayapó, foram dizimados em consequência de uma ação que ocorreu sem planejamento, medicamentos e profissionais

capacitados. Segundo o autor, a tragédia iniciou-se quando, involuntariamente, um dos integrantes da equipe transmitiu o vírus da gripe no momento do contato, como não havia recursos para o tratamento, a doença se espalhou e os índios definharam até a morte. De 48 índios, sobreviveram apenas 8. Este cenário se repetiu em todas as expedições que ocorreram durante a Ditadura, surtos de disenteria, sarampo, sarna, gripe e problemas de visão, disseminados através daqueles que deveriam protegê-los: os agentes públicos do Estado.

Outro plano de medidas criado pelo presidente Castello Branco e anunciado pelo cúpula do governo e empresários em Belém, no ano de 1966, foi o projeto denominado “Operação Amazônia”. As medidas permitiam criar condições para o povoamento e exploração da região, que se tornou um objeto da segurança nacional. Daí por diante, o autor cita uma série de leis, instituições e projetos que foram elaborados com o intuito de legitimar as atrocidades dos militares. Diversas terras indígenas foram ocupadas por fazendeiros e empresários, fazendo com que os índios fossem transferidos a outras regiões que, na maioria das vezes, não possuíam recursos necessários para a sobrevivência desses povos, levando-os a situações de extrema vulnerabilidade física, mental e moral. Rubens Valente explica que tantos acontecimentos em um curto espaço de tempo, chamou a atenção da imprensa, então a fim de driblar escândalos, os militares abriram vários inquéritos (IPMS) e anunciaram, através do Ministro da Agricultura Ney Braga reorganizar o SPI, mas nada aconteceu. Até que, em 1967, o SPI foi extinto por diversos escândalos e irregularidades e foi fundada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que foi administrada, segundo Álvaro Villas Bôas “por muitos elementos militares, das polícias estaduais e alguns oficiais reformados do exército, que não possuem nenhuma vivência do problema indígena, são despreparados e anti-indígenas” (p. 45).

Relatos como o citado acima, percorrem toda a obra e ainda são muito atuais, visto que, a política indigenista vigente no governo atual perpetua ações que vão de encontro a conservação da existência indígena, exemplo disso é o alerta de Antônio Cotrim nos anos de 1970:

Do modo como agimos atualmente as perspectivas são pessimistas; os entraves burocráticos, desperdícios de recursos, desvio de atividades-fins, métodos de trabalho empírico e outros conduzirão essas frentes a participarem de um desastre que a história jamais nos perdoará, tendo sempre como sua principal vítima o índio – além do drama de consciência daqueles que participarem desse triste epílogo que enodoa a imagem do nosso país ante o mundo (COTRIM, s.d. apud VALENTE, 2017, p. 100).

No que concerne as manobras do governo contra os povos indígenas, o jornalista menciona a criação do Reformatório Krenak (1969-1972), Grin (1969-1972) e Fazenda Guarani (1972-1979) que foram implantados com o propósito de conter os ataques indígenas que ocorriam constantemente contra as frentes de atração, como forma de resistência. Etnias como Krenak, Maxacali, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Suruí, Cinta-Larga, Apurinã, Katukina, Yamamadi, Paumari, Deni, dentre outras, foram alvos de inúmeras violências mediadas por esses mecanismos de controle sancionados pelo governo militar.

Além das mortes, cada virada de página traz relatos de trabalhos forçados, de usurpações de terra indígenas por fazendeiros ou pelo Estado, de torturas, de estupros, de abusos e espancamentos. É a narrativa de um massacre e de uma guerra silenciosa, presenciada, vista, ouvida e lembrada apenas por alguns sertanistas, indigenistas, antropólogos(as), missionários e indígenas. São relatos de gritos de dor e sofrimento no meio da floresta que só foram escutados pelos homens, mulheres e crianças sobreviventes. Gritos esses que ficaram durante muitos anos trancafiados em arquivos, guardados em relatórios, cartas e diários, armazenados na memória de algumas pessoas.

Em meio a tudo isso, os indígenas resistiram, agiram e lutaram contra o processo civilizatório e contra o apagamento histórico e cultural que os alcançou de maneira avassaladora. A partir de 1970, lideranças indígenas concordaram com o apoio de alguns sertanistas e funcionários da Funai, articulados a antropólogos e membros da sociedade civil e, com o apoio de boa parte da opinião pública internacional. Os irmãos Villas-Bôas, Francisco Meireles e seu filho José Apoena Meireles, e mesmo Darcy Ribeiro, apoiaram

ações de resistência indígena, mesmo liderando expedições que dizimaram inúmeras etnias. As ações, muitas vezes individuais e contrárias às ordens vindas de cima, impediram que o genocídio indígena no Brasil tivesse sido muito maior.

Na segunda metade do livro, é exposto algumas lideranças indígenas que se tornaram referência da luta dos anos 1970 e 1980. Os líderes Ângelo Kretã, Juruna e Marçal de Souza, juntamente ao Cimi convocavam assembleias estratégicas com o objetivo de denunciar as violências e violações sofridas. A primeira assembleia ocorreu em abril de 1974 no município de Diamantino (MT) e contou com a presença de vinte indígenas. As inúmeras reuniões que ocorreram nos anos seguintes culminaram na criação da União das Nações Indígenas (UNI), primeira organização indígena de abrangência nacional, que obteve papel fundamental no processo constituinte de 1988, quando os direitos à terra e à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, foram garantidos.

Segundo Valente, Marçal de Souza foi um dos mais importantes líderes indígenas de sua época. Se engajou politicamente na luta pela demarcação de terras na região de Dourados, denunciou a exploração ilegal de madeira, a escravização de seu povo e o tráfico de meninas índias. Sua militância incessante atraiu a perseguição e as ameaças de fazendeiros, latifundiários, madeireiros e até mesmo pela direção da Fundação Nacional do Índio (Funai), que expulsou Marçal da região de Dourados nos anos 1970. Em 25 de novembro de 1983, dois fazendeiros dispararam cinco tiros à queima roupa que tirou a vida do líder Marçal de Souza. Outra liderança, citada por Rubens Valente é o xavante Mário Juruna ele foi o primeiro (e, até hoje, único) deputado federal indígena, sua trajetória no livro evidencia a dificuldade de articulação de um indígena em um modo de fazer política que não lhe é, a princípio, próprio. Juruna morreu em 17 de julho de 2002, em decorrência de diabetes. O cacique Ângelo Kretã foi também um dos principais articuladores do movimento pela retomada das terras indígenas no sul do Brasil na década de 1970, tendo sido o primeiro vereador indígena eleito do país, em 1976. Muito ativo em busca dos direitos de seu povo, morreu, misteriosamente, no ano de 1980 em um acidente de carro, numa estrada no interior da aldeia. Outras importantes lideranças indígenas, como o cacique Raoni e seu sobrinho

Megaron Txucarramãe, Marcos Terena, o kayapó Paulinho Paiakan e o yanomami Davi Kopenawa são mencionados muito brevemente, sem detalhamento sobre suas lutas e, até mesmo, sobre os direitos conquistados.

Diante do levante indígena, o governo militar passou a pressionar índios a entregar informações sobre as reuniões que ocorriam entre os líderes indígenas e o Cimi, como também passou a infiltrar militares entre os religiosos que realizavam missões nas aldeias. Segundo o jornalista, o idealizador destas estratégias foi o general Ismarth, que em carta para o general Francisco Batista Torres de Melo, disse “está preocupado com o recrudescimento da atuação da ala esquerdista da Igreja nas áreas indígenas de Mato Grosso”, por isso “haverá uma infiltração de um elemento da brigada na área da Missão Salesiana de São Marcos. Para não despertar suspeitas, o espião portará uma carteira funcional de servidor da Funai” (p. 255). Em resposta, Melo apoiou a ideia e disse que poderia pôr em prática.

Contudo, o movimento indígena não enfraqueceu e persistiu na luta pelos seus direitos. Nos últimos capítulos da obra, em meio a tantos retrocessos, Rubens Valente encontra espaço para esperança, mencionando diversas estratégias planejadas pelos indígenas e seus apoiadores, como por exemplo o documento de maio de 1985, no qual os servidores da Funai exigiam a reformulação da política indigenista, o fim dos processos de “atração” e “pacificação” e a reestruturação do órgão. O documento afirma a existência de “uma política de extermínio” que percorreu a história brasileira, da colônia à república, onde sempre se “tentou manobrar o destino das populações indígenas nacionais no terreno limitado pelo extermínio puro e simples e pela proteção física para posterior assimilação” (p. 382-383). Além disso, destaca os altos índices de natalidade dos povos indígenas, a retomada de territórios e a resistência de suas culturas. Tanto em aldeias quanto nas cidades, muitos indígenas afirmaram que “preferem viver entre os seus, a despeito do preconceito, da marginalização e da incompreensão geral”, o que nos leva a perceber “um tipo de vitória, entre tantas derrotas”.

Por fim, é importante salientar que o livro de Rubens Valente constitui uma referência obrigatória não apenas para antropólogos e estudiosos do tema, mas para todos os interessados na compreensão da

RESENHA

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2017



história indígena e do indigenismo. Afinal, desde 1500 os seus mundos continuam a desmoronar a cada nova violação de seus direitos originários e constitucionais, no assassinato de lideranças e na destruição dos lugares que habitam. O fim de seus mundos também tem sido imposto pelo Poder Judiciário, quando determina a reintegração de posse de áreas de ocupação tradicional em benefício de latifundiários. Se a ditadura empresarial-militar e o autoritarismo insistem em persistir, os índios continuam a ocupar o seu lugar no presente e no futuro; e a sua luta nos ensina a resistir.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.